

## **Intervenção sobre a Proposta nº 492/CM/2017 - Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Lisboa, na Assembleia Municipal de Lisboa de 23 de Maio de 2017**

É sobejamente conhecido que “**Os Verdes**” manifestaram o seu desacordo com a negociação feita entre PS e PSD em torno da reforma administrativa. Por um lado, por ter implicado a criação de 24 mini-Câmaras, a quem foram atribuídas algumas competências que deveriam ter sido mantidas na esfera do Município de Lisboa, como a manutenção do património arbóreo ou a gestão de equipamentos desportivos e culturais; por terem sido pouco explícitos os critérios de afectação de recursos financeiros para as novas Juntas de Freguesia no ano de 2015, nos termos da Lei nº 56/2012, de 8 de Novembro, ou mesmo por ter delimitado o Município a sul/nascente, por um dos talvegues do rio Tejo e não pela margem, como acontecia anteriormente.

Lisboa é uma cidade envelhecida, sendo o Município com maior índice de envelhecimento no quadro da ÁreaML, continuando a registar perda de população residente desde 1981, não sendo de negligenciar o seu decréscimo, entre 2012 e 2013, que representa menos 38.421 habitantes, segundo a nota que consta em rodapé na p. 148 do REOT. Este é um aspecto que, associado a um saldo fisiológico negativo, é bastante preocupante por conduzir, a prazo, a um maior envelhecimento da população residente e colocar em causa o 1º objectivo do PDM, que consistia no aumento da população e o seu desejável rejuvenescimento.

Na cidade de Lisboa havia mais de 50 mil alojamentos vagos em 2011, correspondendo a 15,6% do total dos existentes no Município. O decréscimo global da oferta de fogos para arrendamento foi de 83% entre 2012 e 2014, associado ao aumento elevadíssimo do alojamento local entre 2010 e 2015, quer em número de estabelecimentos, quer em capacidade de alojamento. Naquele período, o número de estabelecimentos passou de 57 para 2.057 e a oferta de camas de 1.678 para 11.661. O alojamento local terá mesmo contribuído para a diminuição da população residente.

Por outro lado, constata-se a substituição e diminuição do número de estabelecimentos de comércio a retalho (e tradicional) por estabelecimentos de maior dimensão (centros comerciais e hipermercados) ou por outras actividades económicas, nomeadamente do sector terciário. Também não é mencionado no REOT que, das 300 lojas que compunham o programa “Lojas com história”, cerca de 120 encerraram durante o ano de 2015.

O valor dos espaços verdes destinados à utilização pelos cidadãos no PDM é de 29,40 m<sup>2</sup>/habitante, muito aquém dos padrões referenciados pela Direcção Geral do Território que recomenda 40 m<sup>2</sup>/habitante. Existe uma baixa cobertura de espaços verdes de proximidade em Lisboa, com maior incidência no Centro Histórico e Centro da Cidade, onde, respectivamente, apenas 48% e 55,8% da população vive a menos de 300 metros de um espaço verde. Dai que não seja de estranhar a expressão e a insistência na apresentação de projectos relacionados com a criação de espaços verdes, no âmbito do Orçamento Participativo, por parte dos municípios.

Quanto à qualidade do ar, observam-se concentrações elevadas de dióxido de azoto, acima do valor limite anual recomendado, no período ente 2009 e 2014, como na Avenida da Liberdade que, assim, continua a ter problemas relacionados com a qualidade do ar. Por outro lado, registou-se uma forte e preocupante redução da procura de transportes públicos, como consequência do aumento dos passes e diminuição da oferta de serviços no Metro, Carris e Transtejo.

A Estratégia Energética e Ambiental fixou em 2008 a meta de reutilização de águas residuais tratadas em 3,1 m<sup>3</sup>/habitante, a alcançar em 2013. Contudo, nesse ano a utilização de águas utilizadas per capita foi de 2,78 m<sup>3</sup>/habitante, ficando abaixo da meta estabelecida.

Encontra-se ausente neste relatório informação que a CML dispõe sobre a localização e as áreas de intervenção dos Quartéis e Postos do RSB, bem como relativamente aos tempos correctos de resposta em minutos.

Entre 2008 e 2013, ocorreu uma diminuição do número de hospitais que fazem parte da rede pública, com diminuição de quase 1.000 camas e do número de recursos humanos (médicos e enfermeiros).

Das reuniões descentralizadas importaria desagregar, de entre as participações referentes ao espaço público, por exemplo, qual a percentagem de queixas relacionadas com espaços verdes e coberto arbóreo.

Do total das participações recebidas nos Planos de Pormenor e de Urbanização objecto de discussão pública, 47% tiveram parecer desfavorável (p. 370), não se debruçando o relatório sobre as principais razões que conduziram à emissão de pareceres desfavoráveis. A baixa taxa de execução de investimento público previsto em termos de equipamentos, espaço público e infraestruturas nos Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, com excepção do PP do Parque Mayer e da Baixa Pombalina. Importa frisar que alguns desses planos preveem uma forte ocupação de áreas susceptíveis a inundações, como a área designada por “Triângulo Dourado”, no Plano de Urbanização de Alcântara.

Em 2011, persistiam ainda mais de 200 alojamentos, vulgarmente conhecidos por ‘barracas’, que urge dar resposta pela autarquia na prossecução da garantia do direito a uma habitação condigna, prevista no artigo 65º da Constituição da República Portuguesa.

O REOT é omissivo quanto ao número de fracções municipais que se encontram devolutas, sendo que tem sido veiculada a existência de 1.600 casas fechadas, por atribuir, só nos bairros municipais em Lisboa, apesar de existirem tantas famílias à espera de uma habitação condigna, como aqui repetidamente ouvimos no PAOD. Regista-se a ausência no relatório da desagregação dos espaços não habitacionais vagos, em edifícios habitacionais geridos pela GEBALIS, em função da sua tipologia, ou seja lojas, arrecadações, garagens e armazéns.

Assim, em conclusão, por existirem alguns elementos ou informação relevante que não se encontram no REOT, como a perda de identidade de que a cidade vem padecendo, “Os Verdes” entendem que o conteúdo de futuros relatórios deverá ser substancialmente melhorado.

### **Sobreda Antunes**

Grupo Municipal de “Os Verdes”